

ECONOMIA

MP da reoneração na mira

Rodrigo Pacheco e Fernando Haddad se encontrarão hoje, pela primeira vez, após a publicação da medida que volta a cobrar a tributação sobre a folha de pagamentos para 17 setores da economia. Parlamentares chamam atenção para posicionamento da CNI

» EDLA LULA

Convocado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a dar uma pausa nas férias e participar do ato alusivo ao 8 de janeiro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontra, hoje, o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela primeira vez, desde o anúncio da Medida Provisória 1202/2023.

A MP volta a cobrar a tributação sobre a folha de pagamentos para 17 setores da economia. Até o fechamento desta edição, não havia previsão de reunião entre os dois.

Como o Senado sediará o ato pela democracia, fatalmente, a medida será assunto nas rodas de conversa, dado o constrangimento provocado pela publicação da medida, considerada uma “afrota” por muitos congressistas. Nas palavras de Pacheco, ditas um dia após a publicação da MP, a decisão do governo causou “estranheza”, porque a medida revogou a lei da desoneração da folha, que havia sido promulgada pelo Congresso depois da derrubada do veto total de Lula ao projeto.

Pacheco vai aproveitar a presença em Brasília, em meio ao recesso parlamentar, para se reunir amanhã com líderes partidários e decidir entre acolher a medida provisória ou devolvê-la ao Executivo. Sobre a escolha do presidente do Congresso pesa a pressão dos setores da economia atingidos pela medida e dos parlamentares que os representam na Câmara e no Senado.

Movimento

A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) chegou a protocolar um ofício solicitando a “rejeição sumária” da medida provisória. “Essa matéria foi votada por duas vezes na Casa. Houve o veto. O veto foi derrubado nas duas Casas por ampla maioria, mostrando a vontade legislativa que representa a população deste país”, declarou o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), presidente do colegiado.

Diversas entidades representativas do empresariado

Ed Alves/CB/DA.Press



Presidente do Congresso e ministro da Fazenda devem se encontrar em ato pela democracia, que acontecerá no Senado

divulgaram notas pedindo a devolução, entre elas a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Confederação Nacional do Transporte (CNT). Conjuntamente, essas entidades publicaram uma nota expressando “insatisfação” com a MP.

“É óbvio que a reoneração da folha de pagamentos terá como resultado o aumento da prudência de quem contrata. Na hora em que qualquer setor da economia passar a ter 20% a mais em seus encargos, o que ele vai fazer? O primeiro passo é parar de investir e, depois, enxugar até entender o impacto que esse novo e inesperado custo terá no seu

desempenho, porque o setor vai perder competitividade”, afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban, ao comentar o caso.

Passando a valer a partir de abril, a medida provisória prevê, para 42 atividades econômicas, a ampliação gradual da alíquota aplicada sobre o salário mínimo pago nas empresas, partindo de 10% ou 15% (dependendo da atividade) em abril de 2024 e subindo gradativamente até retornar aos 20% em 2028.

Se, para diversos setores, haverá a reoneração gradual da folha de pagamentos, para outros, a situação é pior, pois simplesmente foram retirados da lista atual. É o caso das indústrias de tecidos e confecções, calçados e call centers. O presidente executivo da Associação Brasileira

das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Haroldo Ferreira, disse que viu “com extrema preocupação” a MP.

“Um dia após comemorarmos o final de uma luta importante para o Brasil, com a publicação da Lei nº 14.784 (da desoneração da folha), tivemos essa ducha de água fria”, disse. A estimativa da entidade é que cerca de 30 mil empregos do setor calçadista estarão ameaçados caso a MP prospere.

Expectativa

Parlamentares da base ouvidos pelo **Correio** afirmam que o governo vai aguardar a reunião de amanhã entre Pacheco e líderes para resolver se retira a MP e envia um projeto de lei com teor semelhante, atendendo ao

apelo dos parlamentares, ou se insiste com o debate via medida provisória.

O vice-líder do governo na Câmara, Carlos Zarattini (PT-SP), questionou a nota da CNI, argumentando que a instituição saiu em defesa de alguns poucos setores que são atualmente beneficiados, em detrimento de todos os outros, que recolhem a alíquota de 20% sobre a folha.

“É estranho a CNI divulgar uma nota em que todas as outras indústrias que não foram beneficiadas vão continuar pagando do jeito que está hoje (20% sobre a folha), enquanto esses outros pagam menos”, comentou.

Recentemente, conversando com jornalistas, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), destacou a



É bom lembrar que a desoneração se dá em cima da receita da Previdência Social. E as pessoas esquecem que foi votada pelas duas Casas (Câmara e Senado) a Proposta de Emenda Constitucional da Previdência, que diz que, a partir da sua promulgação, não seria mais possível fazer renúncia fiscal em cima da receita da Previdência”

Jaques Wagner, líder do governo no Senado

inconstitucionalidade da prorrogação da desoneração.

“É bom lembrar que a desoneração se dá em cima da receita da Previdência Social. E as pessoas esquecem que foi votada pelas duas Casas (Câmara e Senado) a Proposta de Emenda Constitucional da Previdência, que diz que, a partir da sua promulgação, não seria mais possível fazer renúncia fiscal em cima da receita da Previdência”.

Criada em 2011, no governo de Dilma Rousseff, a desoneração da folha começou com validade de um ano. Mas foi sendo prorrogada e terminaria em dezembro de 2023. Mas um projeto de lei de autoria do senador Efraim Filho (União-PB) prorrogou o benefício mais uma vez, até 2027.

ARQUEOLOGIA

Esqueletos de até 10 mil anos são descobertos no MA

Um cemitério indígena com 45 esqueletos que podem ter sido enterrados há até 10 mil anos foi descoberto durante a construção de um condomínio residencial do programa Minha Casa Minha Vida, em São Luís (MA). Restos de urnas funerárias, ossos, ferramentas de pedra e conchas decoradas, totalizando mais de 100 mil peças e fragmentos, também foram coletados no local.

A descoberta, que pode lançar novas luzes sobre a pré-história brasileira, deve ser anunciada oficialmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) hoje.

O achado aconteceu no local conhecido como Chácara Rosane, no bairro Vicente Fialho, onde a construtora MRV ergue conjuntos de prédios financiados pelo programa federal de habitação. As prospecções foram iniciadas em 2019 e fazem parte do processo de licenciamento ambiental da obra. A empresa W Lage Consultoria Científica foi contratada para realizar a avaliação arqueológica sob a supervisão do Iphan. As prospecções continuam e, a cada dia, novos achados são evidenciados.

Muitas peças, a maioria formada por fragmentos cerâmicos, ainda não foram contabilizadas, segundo o arqueólogo Wellington Lage, responsável pelo

resgate. “É intrigante constatar que nesse volume de fragmentos, misturam-se peças de culturas e períodos variados, que vão desde as antigas cerâmicas do tipo Mina — as mais rudimentares —, passando pelas Tupi, amazônicas, até as Tupinambá, já no momento do contato com o europeu”, disse.

Sambaquis

Ele ressalva que essa informação ainda é apenas uma hipótese, pois a maioria das peças está em estudo. Pela disposição dos esqueletos no terreno, em profundidades, que variam de 60 centímetros a 2,10 metros, Lage deduz que no sítio houve quatro ocupações em momentos distintos. “A maioria dos enterramentos encontra-se em níveis abaixo de pacotes de conchas (sambaquis), o que sugere uma ocupação pré-sambaqueira”, acrescentou.

Os sambaquis são formados principalmente pelo acúmulo de conchas de moluscos marinhos, dos quais se alimentavam as populações primitivas. Outros estudos indicaram que os povos sambaquieiros habitaram a Ilha de São Luís há mais de 6 mil anos. As estruturas ósseas achadas agora podem ser mais antigas.

“O que temos até o momento são datações obtidas pela análise do sedimento alocado

W Lage / Divulgação



Ossos foram encontrados em construção do programa habitacional Minha Casa Minha Vida

imediatamente ao lado do crânio dos dois primeiros indivíduos, pelo método da Luminescência Ótica Estimulada (LOE), que determina a idade em que o sedimento foi exposto à radiação solar pela última vez”, disse Lage.

No caso do primeiro

esqueleto, o resultado apontou como provável idade do material entre 8.245 e 10.465 anos. Já para o segundo crânio, o período temporal ficou entre 7.120 e 9.240 anos. Os demais esqueletos ainda passarão por análise. Uma observação preliminar

apontou que os indivíduos adultos eram de baixa estatura, com cerca de 1,5 metro de altura, e corpos atarracados. O material coletado está sendo depositado em reserva técnica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em São Luís, instituição

legal de guarda desse patrimônio arqueológico.

O terreno do sítio fica próximo da orla litorânea de São Luís. No local, a MRV constrói quatro condomínios de prédios com um total de 1.600 apartamentos. A legislação brasileira exige que grandes empreendimentos tenham licença ambiental e, sobretudo quando envolve movimentação de terra, é preciso pesquisar possíveis sítios arqueológicos. Uma portaria interministerial de 2015 determina que o Iphan se manifeste sobre bens culturais que possam ser afetados pelas obras, o que é feito por meio de prospecções na área.

Assim que os trabalhos foram iniciados, apareceram as primeiras evidências de um sítio arqueológico, com a localização de fragmentos de cerâmica decorada. Em seguida, surgiram pedaços de urnas funerárias e as primeiras ossadas. A grande quantidade de material impressionou Lage.

“Pela quantidade e variedade de material e indivíduos evidenciados, o sítio Chácara Rosane será a peça fundamental para auxiliar no entendimento e na compreensão sobre a formação, tipos de ocupação e historicidade referente aos primeiros grupos humanos que ocuparam a Ilha de São Luís”, disse. (Agência Estado)